

Festividades e devoções na Misericórdia de Braga em torno do culto a S. João Marcos (século XVIII)

Manuela Machado*

RESUMO

O nosso trabalho analisa o fenómeno devocional que se verificou em torno de S. João Marcos, ao longo do século XVIII, na igreja do hospital com o mesmo nome, sob a administração da Misericórdia de Braga, realçando os procedimentos levados a cabo pela confraria na promoção, organização e gestão das celebrações e festividades ligadas ao seu culto. Estudaremos as duas festas organizadas em honra do Santo, que tinham lugar em abril e em setembro, destacando as diligências promovidas pela Santa Casa no sentido de as engrandecer e solenizar.

Paralelamente, atenderemos ao papel desempenhado pela Misericórdia de Braga enquanto palco de sociabilidades e de promoção de momentos de coesão entre a confraria e o meio social envolvente.

Palavras-chave: Misericórdia de Braga, S. João Marcos, festa, sociabilidades.

ABSTRACT

This paper analyses the devotional phenomenon that occurred around *S. João Marcos*, through the eighteenth century, in the hospital church with the same name, under *Misericórdia de Braga* administration, encharging the procedures carried out by brotherhood in the promotion, organization and management of celebrations and festivities associated to it's cult. We will study the two festivities organized in honor of the Saint, wich took place in april and september, highlighting the efforts promoted by Santa Casa towards enhancing and solemnizing them.

At the same time, we will look into the role played by *Misericórdia de Braga*, as stage of sociabilities and promotion of moments of cohesion between the brotherhood and the surrounding social environment.

Keywords: Misericórdia de Braga, S. João Marcos, festivity, sociabilities.

* Aluna de Mestrado de História na Universidade do Minho. Membro do CITCEM. cmanela.m@gmail.com

As Misericórdias portuguesas constituíram, durante a Idade Moderna, palcos de sociabilidades, através da promoção de rituais, não apenas voltados para os seus confrades, mas também para a comunidade envolvente. As devoções e as festividades que organizavam, encontravam-se profundamente ligados ao calendário litúrgico, regulando os dias em que se celebravam (Araújo, 1999, p. 501). As festas coincidiam com os dias de comemoração dos santos, distribuindo-se ao longo do ano.

Estes momentos de sociabilidades, sobretudo quando vividos “fora de portas”, além de contribuírem para o reforço da sua identidade social, constituíam ainda ocasiões para os confrades confraternizarem com a comunidade envolvente, fortalecendo o seu poder e prestígio a nível local.

Por outro lado, na Época Moderna, as confrarias constituíam presença em quase todas as grandes festas religiosas que pautavam o calendário litúrgico, bem como na sua organização social (Araújo, 2006a, p. 161), contribuindo para um reforço da vivência coletiva da fé e das relações de sociabilidade entre os fiéis. Aliás, em Braga, um elevado número de festas era da responsabilidade das confrarias, constituindo-se como a cidade com a maior taxa de enquadramento confraternal (Capela, 2012, p. 37).

As festividades e celebrações religiosas que ajudavam a organizar e em que participavam, contribuíram para a consolidação do catolicismo em Portugal, ao mesmo tempo que conferiram um maior esplendor aos espaços de culto e à procura de atos públicos de fé (Penteado, 2000, p. 323).

Analisar as festividades e os atos públicos em que as Misericórdias se envolveram, durante o século XVIII, implica estudar o seu enquadramento barroco. Como refere José Manuel Tedim, a festa barroca privilegia “o domínio do visual”, conjugando em si uma grande diversidade de formas artísticas e culturais da época (Tedim, 2012, p. 181). Recorrendo a uma cultura simbólica, pretende incutir na sociedade as orientações postuladas pelas instituições do poder que promoviam a sua organização.

A Misericórdia de Braga, desde a segunda metade do século XVI, que se encontrava ligada à organização de um conjunto de atos de culto, devoções, celebrações e festividades, que se desenvolveram ao longo dos séculos (Castro, 2001, p. 169).

Além das devoções que tinham lugar na igreja da Misericórdia (Castro, 1998, pp. 11-31), a Santa Casa era também obrigada à celebração de atos de culto na igreja do hospital de S. Marcos, que se encontrava sob a sua administração desde 1559, por diploma do arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Mártires (1559-1581).

Entre outras, esta igreja era palco de devoções ligadas ao Santíssimo Sacramento, ao Espírito Santo, a S. João de Deus, a S. Bento, às Almas do Purgatório, a Santo António e a S. João Marcos, esta última, objeto de estudo do nosso trabalho.

Para o auxílio da celebração dos vários atos de culto e festividades que tinham lugar na referida igreja, bem como para o socorro espiritual dos enfermos, era necessário que a instituição hospitalar tivesse os seus próprios capelães, que em determinadas ocasiões,

cooperavam com os da Santa Casa (Castro, 2001, p. 263). Aliás, a realização das festividades em honra de S. João Marcos, estavam a cargo do capelão-mor da igreja do hospital, por incumbência da Mesa.

Desde cedo que a Misericórdia de Braga se preocupou em embelezar e solenizar todas as manifestações de culto que organizava, celebrações e festividades que eram partilhadas por um número cada vez maior de fiéis.

Com este estudo, pretendemos analisar o fenómeno devocional que se verificou em torno de S. João Marcos, ao longo do século XVIII, sobretudo a partir de 1718, altura em que o seu culto sofreu um grande impulso, com a trasladação das suas relíquias para a igreja do hospital, realçando os procedimentos levados a cabo pela confraria na promoção, organização e gestão das celebrações e festividades ligadas ao seu culto. Analisaremos os problemas com que se depararam os órgãos gerentes, sobretudo nos períodos de maior contração económica, bem como as estratégias encontradas pelos mesmos na tentativa de os solucionar, sem que a devoção do Santo perdesse a solenidade devida. Paralelamente, atenderemos ao papel desempenhado pela Misericórdia de Braga enquanto palco de sociabilidades e de promoção de momentos de coesão entre a confraria e o meio social envolvente.

Debruçar-nos-emos sobre a documentação existente no Fundo da Misericórdia de Braga do Arquivo Distrital da cidade, utilizando como principal fonte de análise os Livros de Atas, informação que será complementada com outras fontes alusivas ao tema.

Em 1718, a Misericórdia de Braga manifestou ao arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles (1704-1728), o desejo de transferir as relíquias de S. João Marcos, “para lugar mais honórico e tumulo mais decente” do que aquele em que se achava, como podemos analisar através de uma carta do Arcebispo dirigida ao Cabido, em 14 de março de 1718¹. Requeria assim autorização para trasladar as referidas relíquias, que se encontravam numa pequena capela no Campo dos Remédios, para a igreja do Hospital (Milheiro, 2003, p. 327). Obtido o consentimento do Cabido, o Arcebispo mandou afixar um edital em que deliberava que todas as comunidades religiosas, o clero e confrarias se organizassem em solene procissão, a realizar no dia 26 de abril, como requerido pela Misericórdia, para transportar as “santas relíquias do Sr. Sam João Marcos, Bispo Mártir”².

O culto das relíquias, que havia conhecido um grande desenvolvimento a partir do século VIII em Roma (Milheiro, 2003, p. 327), e que na XXV sessão do Concílio de Trento, foram declaradas dignas de veneração (Oliveira, 2006, p. 165), eram alvo de grande devoção por parte dos fiéis católicos da Idade Moderna, que acorriam a elas na esperança de encontrarem consolo para os seus males (Marques, 2000a, pp. 361-362).

Com efeito, o decreto emanado no referido Concílio, relativo à veneração das relíquias dos santos e das imagens sagradas, levou ao incremento do culto das relíquias, bem como ao surgimento de novos santos, que originaram ainda a construção e a renova-

¹ Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), *Livro 7 das Cartas ao Cabido, Privilegios, Honras e Jurisdições*, Carta n.º 127, não paginado.
² ADB, *Livro 7 das Cartas ao Cabido, Privilegios, Honras e Jurisdições*, Carta n.º 128, não paginado.

ção do património religioso (Brás, 2012, p. 226). A imagética assumiu um papel acima de tudo pedagógico, pois as imagens eram entendidas como representantes reais das entidades divinas. Ao nível da festa barroca, também se procurou eliminar a presença de elementos pagãos, substituindo-os pela representação de santos (Cardona, 2010, p. 31).

A ação de favorecimento levada a cabo pelo arcebispo D. Rodrigo de Moura Teles, que durante o seu governo na diocese, dedicou grande atenção e devoção às obras do hospital e ao seu patrono, S. João Marcos, aliadas ao empenho da Santa Casa em enaltecer e fazer crescer o culto do mesmo, constituíram os grandes motores impulsionadores do fenómeno devocional em torno do Santo, que iria crescer ao longo do século XVIII.

Por esta altura, foi ainda publicado um livro acerca de S. João Marcos³, dedicado ao Arcebispo Primaz, no qual o autor devota um capítulo aos milagres feitos pelo Mártir, obra que sem dúvida terá contribuído para proliferar a sua reputação. Um deles, segundo relata, ocorreu a 7 de maio de 1718, semanas depois da trasladação das suas relíquias, e conta que, Faustino da Cunha, estudante da rua de Paimanta, na cidade de Braga, sofrendo de um inchaço no pulso, que lhe provocava muitas dores, que o impediam de escrever, “com grande devoção” untou a mão com azeite de uma lâmpada, colocando-a no túmulo do Santo. Na manhã seguinte, verificou que o inchaço havia desaparecido (Faria, 1721, p. 190). Os milagres dos santos foram, aliás, uma das tónicas dominantes da ação contra-reformista católica (Muir, 2001, p. 261).

Após a trasladação das relíquias de S. João Marcos, colocadas no retábulo do altar-mor da igreja do hospital, efeméride que passaria desde então a ser celebrada, anualmente, no dia 27 de abril, verificou-se uma crescente preocupação por parte da irmandade da Misericórdia em organizar e desenvolver mecanismos de administração dos assuntos relacionados com o Santo, bem como em cuidar para que a devoção em torno do mesmo aumentasse.

Além da festa que assinalava a data da trasladação das relíquias do santo padroeiro do hospital, realizava-se ainda outra festividade em sua honra, no dia 27 de setembro.

Depois de o provedor e irmãos de Mesa terem visitado o hospital e terem constatado uma crescente devoção e afluência de fiéis que acorriam a visitar e a venerar as relíquias do “gloriosos, invicto e milagroso S. João Marcos” e considerando ainda ser de todo o interesse que as esmolas que se ofertavam ao Santo obedecessem a uma “fiel e recta” administração, bem como as missas que se mandassem celebrar em honra do mesmo, tivessem pronto cumprimento, “tudo para maior onra e gloria de Deos” e da instituição que representavam, em termo de Mesa de 18 de julho de 1718, decidiram-se um conjunto de deliberações no sentido de adequar a crescente devoção que se fazia sentir a uma gestão e administração mais organizada e rigorosa⁴.

3 Faria, António de Mariz. (1721). *Peregrino Curioso da vida, Morte, Trasladação e Milagres do Gloriosissimo Senhor S. João Marcos na Augusta Cidade de Braga*. Lisboa: Off. de António Pedrozo Galvão.

4 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fl. 172.

Desta forma, determinaram mandar fazer “hum caixão de madeiras fortes e seguras”, contendo três gavetas, uma delas destinada às esmolas em dinheiro deixadas pelos devotos, que devia ser também a mais forte “e feita com as cautellas necessárias”, outra destinada a guardar o livro do registo do dinheiro dado e esmolas das missas, e uma terceira que serviria para guardar o livro do registo das ofertas em pão e linho⁵. A gaveta das esmolas em dinheiro teria três chaves diferentes, que ficariam, cada uma delas, sob a alçada do provedor do hospital, do escrivão da Casa e do tesoureiro das esmolas do Santo.

Deliberaram ainda mandar fazer uma arca “mais alta que comprida”, que serviria para o depósito das esmolas de pão em grão e linho, que também teria três chaves distintas. Esta arca seria colocada abaixo das grades, no lugar que “parese[sse] mais acomodado”⁶.

Por último, decidiu-se a existência de um tesoureiro, eleito pela Mesa, na mesma ocasião em que se fizessem a distribuição dos cargos. Tal como os restantes irmãos, que além de “homens de boa consciência e fama”, deviam ser tementes a Deus, “modestos, caritativos e humildes”, valores postulados no compromisso da irmandade⁷, a pessoa que servisse neste cargo, também devia ser “abonada de verdade e consciência”, ficando encarregue de registar a despesa e a receita das esmolas em livros separados, devidamente numerados e rubricados, dos quais teria de prestar contas aos órgãos gerentes, tal como os restantes oficiais. Também não estava autorizado a realizar qualquer despesa sem permissão escrita da Mesa, sob pena de não se lhe levar em conta e ter de pagar do seu bolso⁸.

O tesoureiro das esmolas seria assessorado por mais dois irmãos, que no final de cada mês, abririam a gaveta das esmolas do dinheiro e registariam num livro os montantes encontrados.

Já a arca do pão e do linho devia ser aberta a cada oito dias, data que podia ser flexível, consoante o entendimento do tesoureiro. Os géneros seriam pesados, lavrando-se igualmente termo das quantidades registadas.

Também se determinou que no fim de cada mês, se tomassem conta da cera e peças que se ofertassem ao Santo, ficando pendentes as que o tesoureiro considerasse necessárias. Das restantes seria lavrado termo e informar-se-ia a Mesa, para que dispusesse delas conforme a sua conveniência.

As esmolas que se ofertavam a S. João Marcos podiam ainda adquirir outras modalidades. Os crentes agradeciam ao Santo com dinheiro, roupa, ouro, prata, ou animais. Estes últimos, eram dados ao tesoureiro do hospital, que os incluía na dieta alimentar dos enfermos. As restantes ofertas eram vendidas em pregão à porta da igreja, a quem oferecesse melhor preço. Caso o preço não fosse considerado justo, o tesoureiro devia informar a Mesa, a quem devia prestar contas, aliás, de tudo que estivesse sob a sua administração.

5 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fl. 172.

6 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fl. 172.

7 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n° 2, fl. 2v.

8 A 4 de julho de 1720, foi eleito para este cargo, “por ser necessário por não aver no Compromisso desta Santa Caza” João Pinheiro, por concorrerem nele “todas as calidades de zelo e serviço de Deos”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fls. 206v.-207.

Desta forma, as esmolas dedicadas a S. João Marcos, contribuíam não só para a melhoria das condições de assistência prestadas aos enfermos, através de uma alimentação mais abundante e variada, mas também para o desenvolvimento e melhoria das instalações e serviços médicos, através das receitas provenientes dos bens vendidos em pregão.

O tesoureiro seria coadjuvado por dois irmãos que assistiriam na igreja e na caixa das esmolas. Mas por serem consideradas tarefas muito trabalhosas, determinou-se reparti-las pelos restantes irmãos, que as desempenhariam rotativamente, não se fazendo diferença entre irmãos nobres e de segundo foro. Ficariam de fora deste serviço os irmãos da Mesa e deputados, por terem outras funções institucionais.

A mobilização de toda a confraria na organização da devoção ao Santo, é reveladora, não só do empenho da irmandade em se afirmar publicamente, como exemplo de gestão e organização, mas também da importância de que se revestia o culto a S. João Marcos para o crescimento e desenvolvimento da irmandade e do Hospital.

Situações passíveis de desacreditar a Santa Casa e de comprometer futuras dádivas deviam ser evitadas. Neste sentido, todas as esmolas que se ofertassem ao Santo, deviam ser assentes num livro devidamente numerado e rubricado, assim como todas as aberturas da gaveta das esmolas a dinheiro e da arca do pão e do linho deviam ser convenientemente registadas.

Os dois irmãos ficariam ainda incumbidos de registarem, em livro próprio, as missas que os devotos mandassem celebrar em honra do Santo, com o respetivo pagamento. Estas missas deviam ser prontamente sufragadas pelos sacerdotes, na igreja do hospital. Aquelas que contemplassem uma esmola maior e na possibilidade de não haver sacerdote que as celebrasse, seriam preferidos, em primeiro lugar, os clérigos que confessavam os devotos, fossem ou não capelães do hospital. A celebração da missa e o seu pagamento deviam ser prontamente registadas em livro próprio, para resolver eventuais dúvidas futuras.

Para evitar a “ambição de alguns sacerdotes”, de andarem a pedir missas, sem as satisfazerem de imediato, a Mesa procurou obter uma proibição com censura, para que nenhum deles aceitasse celebrar na referida igreja.

Quase um ano depois, em sessão de mesa de 3 de abril de 1719, novas deliberações acerca da administração das esmolas de S. João Marcos¹⁰ foram acordadas, evidenciando uma contínua preocupação dos órgãos gerentes na organização e gestão daquele culto. Decidiu-se que para uma melhor e mais eficiente arrecadação e administração dos donativos deixados ao Santo, era necessário utilizar a casa situada nas traseiras da sacristia do hospital, provida de armários, onde se podiam guardar os ornamentos, cera e restantes utensílios, quer da fábrica, quer dos rendimentos da imagem.

Refletindo sobre o crescimento que o culto de S. João Marcos tinha adquirido, tornou-se patente a necessidade de se fazer outra imagem, mais pequena, uma vez que a que existia não bastava para fazer face aos “muitos pedidos dos doentes que piedosamente

9 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fl. 174.

10 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fls. 187-188.

apelavão para a sua saúde e melhoria”¹¹, requerendo o patrocínio e intercessão do milagroso mártir nas suas enfermidades. Este Santo servia para ser transportado até aos doentes, no sentido de lhes oferecer algum aconchego espiritual. Simultaneamente, esta crescente devoção em seu torno, permite-nos perceber o desenvolvimento que a instituição hospitalar tinha adquirido, bem como o aumento da população internada.

O culto a S. João Marcos tornou-se também mais especializado, o que implicou a criação de um lugar de servo especialmente vocacionado para a contínua assistência da igreja do hospital e serviço do Santo. Ficaria incumbido de fazer o que lhe fosse ordenado pela Mesa, ajudando nas celebrações litúrgicas e zelando pelo asseio e limpeza dos altares, cuidando para que nada lhes faltasse, sendo igualmente responsável pelo abrir e fechar das portas da igreja. Faria, assim, as tarefas de um “verdadeiro São Cristão”¹². Estava ainda incumbido de entregar os avisos emitidos pela Mesa, aos irmãos que deviam assistir na mesa das esmolas do Santo, medida estipulada em 1718.

A admissão deste servidor fazia-se através de uma escritura no notário, mediante uma fiança que devia ser apresentada por fiadores considerados idóneos, que salvaguardavam a instituição caso o funcionário causasse qualquer prejuízo. A escritura constituía também a prova de que o empregado admitido gozava de “bons princípios”, valores apreciados pela Santa Casa. Neste caso, o fiador foi Manuel Pereira.

A escolha para este lugar, feita em 9 de junho de 1719, acabou por recair em Bento Ribeiro, considerado então o “mais benemérito e capaz” concorrente¹³. Tal como os demais servos da Santa Casa, usaria um vestido azul, que receberia de dois em dois anos e traria ao peito uma “venera de prata” com a imagem de S. João Marcos. Auferiria de salário trinta alqueires de pão e doze mil réis em dinheiro, que seriam pagos dos rendimentos das esmolas do Santo. O servo seria obrigado a viver na casa, situada nas traseiras da sacristia do hospital, que no momento estava em obras.

As despesas que se faziam com o cumprimento das disposições enunciadas nesta sessão de Mesa seriam pagas com o rendimento das esmolas de S. João Marcos, incumbindo-se ao tesoureiro João Pinheiro de mandar fazer as obras na referida habitação e de mandar providenciar a feitura de uma imagem mais pequena.

A administração das esmolas que se ofereciam ao Santo foi sendo alvo de várias resoluções por parte dos corpos gerentes da Santa Casa. Era importante zelar por uma gestão séria e diligente, de forma a não comprometer futuras ofertas. Em 2 de julho de 1720, nova deliberação determinou que as esmolas em ouro e em prata que se oferecessem ao Mártir, fossem dependuradas no mesmo e assentadas no inventário que tinha o capelão¹⁴. Por outro lado, nenhuma dessas peças devia ser vendida sem autorização da Mesa, à exceção daquelas que os ofertantes queriam levar consigo e, nesses casos, davam

11 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fls. 187-187v.

12 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fl. 189v.

13 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fl. 189v.

14 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n.º 11, fls. 206-206v.

o “procedido dellas por escrito dos ourives”, fazendo-se registo da quantia no livro do tesoureiro pelo vedor da fazenda.

O mesmo se applicava às restantes ofertas de roupas e linhos, que não se venderiam, nem tirariam dos lugares onde se depositaram, a não ser no dia do leilão. Se por ocasião deste, não surgisse quem os quisesse adquirir por um preço justo, voltariam a ser penduradas, até realização do próximo leilão, incentivando os devotos à oferta. Também na confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave, a roupa ofertada a Nossa Senhora, como verificou Marta Lobo, era uma das dádivas mais frequentes na segunda metade do século XVIII. As peças eram leiloadas pela instituição, depois de avaliadas por entendidos (Araújo, 2006, pp. 139-140).

Estas disposições deviam ser diligentemente observadas, e caso alguém não agisse de acordo com elas, a Mesa devia ser informada, para que pudesse agir contra os incumpridores. É patente a preocupação do corpo administrativo, não apenas com o cumprimento das decisões emanadas pela Mesa, mas também pelo correto cumprimento dessas determinações por parte dos irmãos da confraria, enquanto representantes e veículos de transmissão dos seus valores.

O modo de proceder neste leilão foi alvo de posteriores ponderações. Em 25 de junho de 1721, decidiu-se que as peças e jóias oferecidas a S. João Marcos se deviam vender na presença do provedor do hospital, do vedor da fazenda e do tesoureiro do hospital, que assinariam um termo que corroborasse a sua presença no ato¹⁵. A exigência da presença destes três elementos no evento, além de traduzirem um leilão mais fidedigno e controlado, conferia uma maior solenidade ao ato, refletindo, simultaneamente, uma vivência mais coletiva do acontecimento, por parte da instituição.

Determinou-se também que as peças e jóias mais valiosas se deviam fechar com duas chaves, e não se emprestariam sem ordem expressa da Mesa, sob pena de quem o fizesse, ter de pagar seis libras de cera, que reverteriam a favor do Santo, exceção feita para o convento dos Remédios, dadas as boas relações existentes entre esta instituição e a Misericórdia (Castro, 2001, p. 275).

A devoção em torno do santo protetor dos enfermos também chegou às colónias. Através do acórdão de 11 de fevereiro de 1721, temos conhecimento que havia sido mandada fazer uma imagem de S. João Marcos, para enviar para a Misericórdia do Rio de Janeiro, “para com ella se pedir aos estados do Brazil”¹⁶. Neste momento o hospital passava por uma situação financeira complexa e procurava angariar benfeitores junto dos emigrantes portugueses da colónia sul-americana. O envio da imagem e os peditórios feitos surtiram efeito, porquanto começaram a chegar importantes legados para o hospital, oriundos do Brasil.

Na Idade Moderna, a dádiva de esmolas era estimulada pela Igreja, não só através dos bispos, mas também dos padres e pregadores, que nos seus sermões incentivavam à

15 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fls. 232v.- 233. No mesmo termo foi ainda determinado que se elaborasse um inventário das peças que não fossem vendidas.

16 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fl. 223v.

oferta e à gratificação espiritual da sua prática (Araújo, 2006, p. 183). De terras brasileiras também chegavam esmolas particulares. Devotos que, mesmo residindo em terras distantes, queriam contribuir para um maior esplendor do culto em torno de S. João Marcos. Foi o caso de João Machado Pereira, residente no Rio de Janeiro, que fez chegar à Misericórdia, por meio do capitão Domingos Gomes Lages, nove moedas de ouro de 4.800 réis, destinados à feitura de uma custódia de prata para servir quando se expusesse o Santíssimo Sacramento na igreja de S. João Marcos¹⁷. A sua execução foi incumbida a António Fernandes, ourives da rua Nova.

Muitos destes devotos eram emigrantes, oriundos da cidade bracarense, que não esqueciam os santos da sua devoção. Apesar de o fluxo migratório para o Brasil se ter iniciado no século XVI, foram os séculos XVIII, XIX e XX que conheceram maiores vagas de emigração (Araújo, 2006b, p. 31). Estes emigrantes eram oriundos, na sua grande maioria, da região minhota, deixando, muitas vezes, avultados legados às Misericórdias do Minho, doações que no século XVIII, se efetuavam, sobretudo, a partir do Brasil (Sá, 2000, p. 127)

Por outro lado, é patente a preocupação da Mesa com a eficiente execução das tarefas, quer fossem desempenhadas pelo corpo de funcionários que tinha ao seu serviço, quer pelos irmãos da instituição. Aliás, estes últimos, como representantes da irmandade, deviam ser os primeiros a dar o exemplo, através da manutenção de uma conduta modelar e de um escrupuloso desempenho das suas responsabilidades. Procedimentos escandalosos, bem como tarefas mal executadas deviam ser severamente punidos. Desta forma, a falta da assistência dos irmãos na mesa das esmolas de S. João Marcos, que se fez sentir em sessão de Mesa de 7 de setembro de 1723, levou à aplicação de uma pena de 240 réis para todos os irmão incumpridores, sem que para isso tivessem apresentado “justa cauza de doença ou auzencia”¹⁸. O montante da multa seria entregue ao tesoureiro das esmolas do Santo e incluído nos rendimentos do mesmo.

Apenas alguns dias mais tarde¹⁹, foi chamado à Mesa o irmão António Veloso, ourives da rua Nova, a fim de se justificar por ter faltado à assistência na referida mesa, no dia que lhe estava destinado, e por não ter apresentado qualquer motivo de doença ou ausência, foi condenado na pena acima estipulada. Não se contentando com a sanção sofrida, referiu que na primeira ocasião em que assistisse na referida mesa, haveria de retirar da mesma os 240 réis da pena infligida. E porque semelhante escândalo não podiam os irmãos tolerar por parte de alguém que “anda ao serviço de Deos e de Nossa Senhora”²⁰, além de revelador da “pouca fidelidade e segurança que se supõem dos irmãos que assistem a dita mesa”, foi decidido que fosse riscado, por ter incorrido numa das causas que o compromisso estipula para a expulsão dos confrades²¹. Situações como estas, caso extravasassem “para

17 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1723-1734, n° 12, fl. 78v.

18 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1723-1734, n° 12, fls. 22v-23.

19 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1723-1734, n° 12, fl. 78v.

20 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n° 2, fl. 4v.

21 “A terceira he dizerem algumas palavras afrontozas ou de notável escândalo ao outro estando em acto de irmandade”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, 1628-1630, n° 2, fl. 4v.

fora de portas”, não só comprometeriam a integridade da instituição, como dariam azo a falatórios e redundariam em descrédito da mesma.

Também na Misericórdia de Setúbal, procedimentos escandalosos entre irmãos, e o incumprimento de tarefas, de que se destacavam a assistência nas mesas do Espírito Santo, estavam na origem da expulsão dos confrades (Abreu, 1990, pp. 153-154).

A comemoração da trasladação das relíquias de S. João Marcos, que se realizava todos os anos, além de constituir um momento importante no culto do Santo, exterioriza igualmente a importância dada à ocasião. Como refere Marta Lobo, as festas organizadas pelas Misericórdias tinham em vista o reforço do seu poder e prestígio, bem como da sua identidade social (Araújo, 1999, p. 501). Destinavam-se a ser vistas e apreciadas pelos devotos, que nestas ocasiões acorriam em maior número. Os preparativos começavam vários meses antes, pois nada podia ser descurado. Estes momentos constituíam, acima de tudo, ocasiões propícias para as Santas Casas exporem a sua capacidade de organização e a solenidade que nela empregavam (Araújo, 2006c, p. 232).

As noites que precediam a procissão do dia 26 de abril eram preenchidas com luminárias. Aliás, as luminárias constituíam o primeiro sinal exterior da festa no século XVIII, pautando vários acontecimentos festivos, desde o nascimento, casamento ou aniversário de elementos da Família Real, até à nomeação, posse e entrada dos Arcebispos na cidade de Braga (Milheiro, 2003, p. 453). No ano de 1728, sabemos que os custos com as luminárias ascenderam a 20.000 réis e a fábrica do andor em que o Santo saíria em procissão a 4.800 réis²².

A procissão, que desde a Idade Média se assumiu como uma importante característica da festa religiosa em Portugal (Gouveia, 2009a, p. 67), vai ser utilizada, na sociedade pós-Trento, como um meio de transmissão de valores e comportamentos da vida cristã (Tedim, 2000, p. 217; Moraes, 2006, p. 459). Todo o espetáculo a ela ligado contribuía para aproximar o coletivo, constituído pela Misericórdia, à cidade e aos fiéis.

Por outro lado, ao longo do século XVIII, as Santas Casas debateram-se com dificuldades de diversa ordem, que se repercutiram nas suas finanças (Lopes, 2002, p. 80). Neste contexto, os momentos de sociabilidades proporcionados pelas Misericórdias, revestiam-se de particular interesse, contribuindo para o estreitar dos laços e das relações de fraternidade entre os seus membros e destes com a comunidade envolvente (Araújo, 2006a, p. 156). Era importante “não desapontar” futuros legatários e não “desencaminhar” possíveis esmolos.

Já no ano de 1733, além de se constatar que nas luminárias do Tríduo de S. João Marcos se fazia grande despesa, assentou-se que as festas que se realizavam em abril e em setembro, fossem celebradas com um sermão e que tudo não excedesse os 2.400 réis²³, sem dúvida uma despesa mais reduzida do que a verificada no ano de 1721, em que o

22 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fls. 167v-168.

23 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1723-1734, n.º 12, fl. 308v.

sermão era pago com 4.800 réis²⁴, quantia que se pagava aos pregadores nas restantes festividades (Castro, 1998, p. 61).

Os sermões, que se assumiam como um dos principais instrumentos de evangelização utilizados pela Igreja depois de Trento (Marques, 2000b, p. 394), constituíam, simultaneamente, momentos de grande religiosidade e de aprendizagem catequética (Marques, 2000b, pp. 397-399; Santos, 1984, pp. 34-37), integrando o programa das festas desde o seu início. Deviam ser pregados por homens exímios no uso da palavra e sagazes na oratória (Araújo, 2000, p. 18). De acordo com João Francisco Marques, o sermão barroco português é marcadamente influenciado pela disciplina e valores doutrinários de Trento e as celebrações que pautavam o calendário litúrgico eram marcadas por um discurso que incidia em problemas e matérias profanas (Marques, 2004, p. 113).

Entretanto, ao longo da década de trinta, é possível perceber um enfraquecimento da devoção em torno de S. João Marcos por parte dos fiéis, sem dúvida consequência do crescente descuido e “pouco zelo com que se trata o Santo” e as celebrações em sua honra. Como se pode analisar no termo de Mesa de 11 de abril de 1740²⁵, os irmãos tentaram renovar a solenidade do culto, declarando que o tesoureiro do Santo organizasse a festa “com a solenidade que dantes se fazia”, numa tentativa de “atalhar ao esfriar da devoção”. Os esforços pareceram surtir o efeito que se esperava, pois na festa de abril desse ano, verificando-se que o pregador contratado para o tríduo faltara, surgiu um sacerdote que se ofereceu para ocupar o seu lugar, proferindo um sermão que foi tanto do agrado da Mesa e do povo, que mereceu auferir 12.800 réis, por aquela vez somente.

Os gastos que se faziam com as festas e o restante culto de S. João Marcos eram uma preocupação frequentemente discutida. Em 1742²⁶, os órgãos gerentes da confraria, refletindo sobre medidas anteriores que usavam o corte nos gastos considerados “superfluos”, constataram que as despesas que se faziam com as festas do Santo eram superiores aos seus rendimentos. Por sua vez, os tesoureiros também não deviam realizar despesas superiores às estipuladas no regimento. Apesar de tudo, verificaram que o seu não cumprimento se podia ter ficado a dever ao facto de não ter sido exarado em ata. Como forma de o fazer valer, a Mesa decidiu que a “direcção ou regimento” se guardassem no cartório do hospital e que se distribuíssem cópias pelo tesoureiro e servo de S. Marcos. Como o seu tesoureiro atual desconhecia a sua existência e já havia feito algumas despesas, decidiu-se também que o regimento seria copiado para o livro de contas do tesoureiro do Santo, de forma a não restarem dúvidas acerca do seu cumprimento. Uma vez que o referido tesoureiro desconhecia o regimento, a Mesa decidiu levar-lhe em conta “alguns juncos”, o que já tinha acordado com os tambores e os clarins. Apesar de se mostrarem benevolentes, os irmãos avisaram que mais nenhuma faltas seriam toleradas.

24 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1709-1723, n° 11, fl. 230.

25 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1734-1746, n° 13, fl. 210v.

26 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1734-1746, n° 13, fls. 295-295v.

Apesar de tudo, os réditos que provinham do Santo revelaram-se uma importante fonte de receita em períodos de maior aperto económico. Em 1739, as obras que decorriam no hospital implicavam avultadas despesas para a Misericórdia. Por outro lado, o número de doentes era cada vez maior e os rendimentos hospitalares, tão necessários para o seu tratamento e sustento, bem como para a manutenção do restante corpo laboral, não eram suficientes para fazer face às despesas de construção que se faziam sentir. Desta forma, decidiu-se aplicar o dinheiro que se achava no caixão de S. João Marcos, que provinha de esmolas, no pagamento dos custos das obras, deixando-se quantia suficiente para as despesas que se faziam “na veneração do milagroso santo”²⁷.

O acompanhamento musical também fazia parte das festividades em honra de S. João Marcos. Aliás, no século XVIII, como constatou Manuela Milheiro, a música, acompanhada do canto, constituía um elemento essencial da festa religiosa (Milheiro, 2003, p. 339). Nesta matéria, verificaram-se igualmente algumas limitações, no sentido de se reduzir a despesa. Em 1744, decidiu-se que em todas as festividades celebradas na igreja do hospital, não se consentisse mais música de instrumentos, a não ser a cantochão e órgão²⁸.

Apesar da deliberação tomada, esta nem sempre foi respeitada, uma vez que na sessão de Junta de 12 de maio de 1750²⁹, insistiu-se novamente na não inclusão de música de instrumentos na festa, mas apenas cantochão com órgão. Por outro lado, os sacerdotes e os pregadores que participavam nas festas apenas poderiam ser nomeados pela Mesa, caso contrário seriam o provedor do Hospital, o seu tesoureiro, ou ainda o tesoureiro de S. João Marcos a pagar a despesa de seu bolso.

A segunda festa anual dedicada a S. João Marcos, como já referimos, tinha lugar no dia 27 de setembro e merecia, de igual forma, grande desvelo por parte da Mesa. Das solenidades dedicadas ao Santo fazia parte a exposição do Santíssimo Sacramento, que “se fez desde o principio da sua erecção”³⁰. A festa constituía a principal ocasião para se glorificar e enaltecer o Santíssimo Sacramento, assumindo-se como a maior demonstração de louvor, veneração e culto do santo patrono (Tallon, 1990, pp. 81-83). A propósito da sua realização, o capelão do hospital reclamava ser necessário requerer uma nova licença ao Ordinário da Diocese, o que originou conflitos entre este e a Misericórdia, por não estar de acordo com a opinião do capelão. Consequentemente, a festa dedicada ao Santo, acabou por não se realizar no mês de setembro de 1768, por não se ter chegado a acordo entre as partes.

Entretanto, em 1769, aproximando-se a data da festa da trasladação de S. João Marcos, celebrada no dia 27 de abril, com “novena e triduo e nelle o Senhor Exposto”, a Mesa resolveu relatar o sucedido ao arcebispo D. Gaspar de Bragança (1758-1789), argumentando que não havia razões para a dúvida do capelão do hospital e salientando que não era necessária nova licença para a exposição do Santíssimo Sacramento, pois as festas

27 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1734-1746, n° 13, fl. 183.

28 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1734-1746, n° 13, fl. 357.

29 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1746-1751, n° 14, fl. 197.

30 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1757-1769, n° 16, fl. 481.

devem ser feitas com toda a solenidade, como manda “insinuar esta Meza o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor D. Rodrigo de Moura Telles Arcebispo Primaz”³¹.

O arcebispo D. Gaspar de Bragança, considerando que as festas dedicadas ao Mártir se deviam fazer com “toda a veneração, culto e solenidade”, resolveu que a dúvida levantada pelo capelão do hospital não tinha fundamento e que para se fazer a exposição do Santíssimo Sacramento não era precisa qualquer nova licença³². Era importante fazer cumprir as disposições do arcebispo, importantes fontes de receita em alturas de festa³³.

A dedicação e o cuidado demonstrado pelos irmãos no desempenho das funções atribuídas eram predicados muito apreciados e inclusivamente recompensados pelos órgãos gerentes da Santa Casa. Foi o que aconteceu aos irmãos João de Oliveira, encarregado da direção das obras do hospital e a José Gomes Maciel Belo, responsável pela tesouraria das esmolas de S. João Marcos, em quem foram delegados a continuação nos referidos cargos devido ao “zelo e devoção com que se tem portado”³⁴.

Os objetos, paramentos e ornamentos que faziam parte da celebração das funções religiosas e das festas também eram alvo de cuidadosas diligências por parte da instituição, uma vez que constituíam ocasiões para esta mostrar o seu património (Araújo, 2001, p. 60). A sua apresentação devia ser irrepreensível, uma vez que demonstrava não só o cuidado que a irmandade votava aos momentos de festa e sociabilidade, como também exteriorizavam a situação financeira e social da instituição. Em 1750, ficou patente a carestia da igreja da Misericórdia e da sua sacristia em matéria de ornamentos, o que obrigava os irmãos a pedirem emprestados os “trastes necessários” para a realização das festividades, facto que redundava em “detrimento e não hera credito desta caza”. Decidiu-se então, tirar da arca do dinheiro da casa, 800.000 réis para que se fizessem todos os ornamentos, trastes e adornos que considerassem ser precisos³⁵.

Apesar de serem vários os momentos que nos permitem perceber a importância que o culto de S. João Marcos adquiriu ao longo do século XVIII, um dos termos, lavrado em 1785, é particularmente revelador. Neste, foi “uniformemente acordado” pelos irmãos da Mesa, que sendo a novena que se faz por ocasião da festa “do glorioso S. João Marcos, a principal que se faz nesta Caza do Hospital”, era também necessário que fosse “mais publico” o zelo que a ela se dedicava, que devia estar patente em todos os pormenores³⁶. Era importante que as celebrações em honra do Santo transparecessem, acima de tudo, a

31 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fls. 481-481v.

32 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1757-1769, n.º 16, fl. 481v. Refere ainda que caso fosse necessário, “aprovava a sobredita insinuação do seu Predecessor o Illustrissimo D. Rodrigo de Moura Telles Arcebispo Primaz”.

33 O termo de Mesa de 30 de março de 1783 dá-nos conta de uma esmola, no valor de 57.600 réis, deixada por “Sua Alteza no dia de São João de Deos”. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fl. 112.

34 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fl. 11.

35 Deliberou-se ainda que, de forma a repor a quantia retirada, as Mesas vindouras ficassem obrigadas a compelir aos tesoueiros da casa, que em cada ano, colocassem na arca cem mil réis. ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1746-1751, n.º 14, fl. 196v.

36 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1780-1787, n.º 19, fl. 86v.

dedicação que a confraria lhes votava. Aliás, a novena cria uma atmosfera de entusiasmo que favorece os acontecimentos da festa, preparando os fiéis para a sua celebração (Afonso, 2001, p. 306).

Na mesma sessão de Mesa, os irmãos constataram a necessidade de uma capa de asperge para a celebração da Novena, pois tinham de a pedir emprestada a outras corporações, “que já se enfadão de a emprestarem”³⁷. Decidiu-se, então, que se mandasse fazer uma de damasco branco “castelhano”, com o galão de ouro “entrefino”, tarefa que se incumbiu ao provedor das capelas, que seria coadjuvado pelo sacristão da casa.

A análise de um manuscrito, da autoria de um indivíduo da época³⁸, juiz da irmandade de S. Vicente em 1790³⁹, permite-nos pressentir um recrudescer da devoção a S. João Marcos no ano de 1779. Segundo este, no mês de julho desse ano, recomeçou o Santo a fazer milagres, prodígios que já não se viam desde 1720⁴⁰, sendo a primeira favorecida uma irmã “dos Tadins”, que morava na rua Nova, que não podia andar. Como nem médicos, nem cirurgiões a conseguiam tratar, levaram-na de noite até junto do Santo “e metendo a no Caixão do Santo sahiu delle sem queixa, de forma que foj a pé para sua casa”⁴¹. Apesar dos avanços que se verificaram na Medicina ao longo do século XVIII, muitas enfermidades ainda não conheciam resposta por parte desta ciência (Lemos, 1991, pp. 45-63), o que levava os padecentes a procurarem amparo no sobrenatural e nos santos da sua devoção (Gouveia, 2000b, pp. 120-121).

A notícia do milagre rapidamente se espalhou e vários eram os enfermos que acorriam até junto do Santo, clamando pelo seu favor. E, segundo se pode ler na mesma fonte, quase todos tornavam a suas casas sãos das maleitas de que padeciam, pelo que a porta da igreja se encontrava sempre aberta, assistindo nela os irmãos, que registavam os milagres que ocorriam, bem como as esmolas ofertadas ao Santo.

Um grande número de pessoas assistia a este movimento de fé, contribuindo para a difusão dos prodígios do Mártir milagroso pela restante população, e, conseqüentemente, para o crescimento da devoção e aumento das dádivas ao Santo, redundando não só em prestígio, mas também em benesses para a Santa Casa.

Em jeito de conclusão, pudemos constatar, que ao longo do período estudado, foi patente o empenho dedicado pela Misericórdia de Braga no embelezamento e solenização, não só dos cenários de devoção e celebração, através da realização de obras de ampliação e restauro na igreja do hospital, mas também dos momentos festivos em honra de S. João Marcos. Verificamos, igualmente, uma constante preocupação da Mesa com o eficiente desempenho das funções atribuídas aos irmãos e restantes funcionários, bem como no castigo dos faltosos.

37 ADB, Fundo da Santa Casa da Misericórdia de Braga, *Livro dos Termos*, 1780-1787, n° 19, fl. 86v.

38 ADB, Manuscritos, *Livro Curioso*, n° 341.

39 ADB, Manuscritos, *Livro Curioso*, n° 341, pp. 669-670.

40 De acordo com o autor do manuscrito, e segundo constava nos livros do Hospital de S. Marcos, o Santo fazia tantos milagres “nos seus principios (...) que cauzaua admiração e nelles continuou athe o anno de 1720”. ADB, Manuscritos, *Livro Curioso*, n° 341, p. 343.

41 ADB, Manuscritos, *Livro Curioso*, n° 341, p. 343.

Numa tentativa de dinamizar e autonomizar os assuntos relacionados com o Mártir milagroso, os esquemas organizativos pensados e criados para a gestão dos mesmos, foram alvo de contínuas resoluções, no sentido de um maior aperfeiçoamento.

Por outro lado, e apesar das várias situações de aperto económico vivido, as decisões tomadas pelos corpos administrativos da irmandade, sempre foram no sentido de tentar adequar a realização das festividades, que se executavam com maior ou menor solenidade, à situação económica da Santa Casa, apesar da existência de momentos em que a devoção do Santo conheceu um maior esmorecimento.

FONTES IMPRESSAS

Faria, António de Mariz. (1721). *Peregrino Curioso da vida, Morte, Trasladação e Milagres do Gloriosissimo Senhor S. João Marcos na Augusta Cidade de Braga*. Lisboa: Off. António Pedrozo Galvão.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital de Braga (ADB)

Fundo da Misericórdia, *Compromisso da Misericórdia de Braga*, nº 2.

Livro dos Termos, 1709-1723, nº 11.

Livro dos Termos, 1723-1734, nº 12.

Livro dos Termos, 1734-1746, nº 13.

Livro dos Termos, 1746-1751, nº 14.

Livro dos Termos, 1751-1757, nº 15.

Livro dos Termos, 1757-1769, nº 16.

Livro dos Termos, 1769-1776, nº 17.

Livro dos Termos, 1776-1780, nº 18.

Livro dos Termos, 1780-1787, nº 19.

Livro dos Termos, 1789-1791, nº 20.

Livro dos Termos, 1791-1799, nº 21.

Livro 7 das Cartas ao Cabido, Privilegios, Honras e Jurisdições, Carta nº 127.

Livro 7 das Cartas ao Cabido, Privilegios, Honras e Jurisdições, Carta nº 128.

Fundo dos Manuscritos, *Livro Curioso*, nº 341.

BIBLIOGRAFIA

Abreu, Laurinda. (1990). *A Santa Casa da Misericórdia de Setúbal de 1500 a 1755: aspectos de sociabilidade e poder*. Setúbal: Santa Casa da Misericórdia de Setúbal.

- Afonso, Belarmino Augusto. (2001). Novenas. In Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 3. Lisboa: Círculo de Leitores, 306-309.
- Araújo, Maria Marta Lobo de. (1999). Festas e rituais de caridade nas misericórdias, *Colóquio Internacional Piedade Popular, Actas*. Lisboa: Centro de História da Cultura/História das Ideias, Faculdades de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 501-516.
- Araújo, Marta Lobo de. (2000). *Pobres, honradas e virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima (1680-1850)*. Ponte de Lima: Santa Casa da Misericórdia.
- Araújo, Maria Marta Lobo de. (2001). *A confraria do Santíssimo Sacramento do Pico de Regalados (1731-1780)*. S.l.: Atahca.
- Araújo, Marta Lobo de. (2006a). As Misericórdias portuguesas enquanto palcos de sociabilidades no século XVIII. *História: Questões & Debates: revista da Associação Paranaense de História*, n.º 45, 155-176.
- Araújo, Maria Marta Lobo de. (2006b). Balanços de vidas, medo da morte e esperança na salvação: os testamentos dos emigrantes portugueses para o Brasil (séculos XVII e XVIII). *Cadernos de História*, vol. 8, n.º 9, 29-48.
- Araújo, Maria Marta Lobo de. (2006c). *A Confraria de Nossa senhora do Porto de Ave: um itinerário sobre a religiosidade popular do Baixo Minho*. Taíde – Póvoa do Lanhoso: Confraria de Nossa Senhora do Porto de Ave.
- Brás, Patrícia. (2012). A Arte depois de Trento: a apoteose da artificialização. O Convento das Chagas de Lamego. In Neves, Pedro Almiro & Gonçalves, Eduardo Cordeiro (coords.). *O Barroco em Portugal e no Brasil*. Maia: Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico/ISMAI, 225-236.
- Capela, José Viriato. (2012). A sociedade bracarense do século XVIII. Uma sociedade conflituosa: contributo para a compreensão do clima social do Barroco bracarense no século XVIII. In Neves, Pedro Almiro & Gonçalves, Eduardo Cordeiro (coords.). *O Barroco em Portugal e no Brasil*. Maia: Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico/ISMAI, 27-38.
- Cardona, Paula Cristina Machado. (2010). *O Perfil Artístico das Confrarias em Ponte de Lima na Época Moderna*. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima.
- Castro, Maria de Fátima. (1998). *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: devoções, procissões e outras festividades: do século XVI a começos do século XX*. Prado: Ed. da Autora.
- Castro, Maria de Fátima. (2001). *A Irmandade e Santa Casa da Misericórdia de Braga: Obras nas igrejas da Misericórdia e do Hospital e em outros espaços. Devoções*. Braga: Santa Casa da Misericórdia de Braga.
- Gouveia, António Camões (2000a). Procissões. In Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 67-72.
- Gouveia, António Camões (2000b). Relíquias. In Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 120-125.

- Lemos, Maximiliano de. (1991). *História da medicina em Portugal: doutrinas e instituições*, vol. 2. Lisboa: Ordem dos médicos; Publicações Dom Quixote.
- Lopes, Maria Antónia. (2002). As Misericórdias de D. José ao final do século XX. In Paiva, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum I*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa; União das Misericórdias Portuguesas, 79-117.
- Marques, João Francisco (2000a). Os itinerários da santidade: milagres, relíquias e devoções. In Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 359-367.
- Marques, João Francisco (2000b). A palavra e o livro. In Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 377-447.
- Marques, João Francisco. (2004). O púlpito barroco português e os seus conteúdos doutrinários e sociológicos: a pregação seiscentista do “Domingo das Verdades”. *Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso*, n.º 11, 111-148.
- Milheiro, Maria Manuela de Campos. (2003). *Braga: a cidade e a festa no século XVIII*. Guimarães: NEPS.
- Moraes, Juliana de Mello. (2006). As festas religiosas nas ordens terceiras franciscanas: a procissão de cinzas em São Paulo e em Braga no século XVIII, *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*. MG: UFOP, 457-471.
- Muir, Edward. (2001). *Fiesta y Rito en la Europa Moderna*. Madrid: Editorial Complutense, S. A.
- Oliveira, Carlos Prada de. (2006). *A diocese de Miranda do Douro em meados do séc. XVIII segundo as memórias paroquiais de 1758 2006*. Tese de mestrado em História das Populações, Braga: Universidade do Minho.
- Penteado, Pedro. (2000). Confrarias. In Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História Religiosa de Portugal*, vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores SA e Autores, 323-334.
- Sá, Isabel dos Guimarães. (2000). Os Brasileiros de Torna-Viagem no Noroeste de Portugal, *Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses*. Lisboa: CNCDP, 117-133.
- Santos, Eugénio dos. (1984). Missões do interior em Portugal na Época Moderna: agentes, métodos, resultados. *Arquipélago - Série Ciências Humanas*, vol. VI, n.º 6, 29-65.
- Tallon, Alain. (1990). *La Compagnie du Saint-Sacrement (1629-1667). Spiritualité et société*. Paris: Editions du CERF.
- Tedim, José Manuel. (2000). A procissão das procissões. A festa do Corpo de Deus. In *A arte efêmera em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 217-223.
- Tedim, José Manuel. (2012). Em torno da festa barroca. In Neves, Pedro Almiro & Gonçalves, Eduardo Cordeiro (coords.). *O Barroco em Portugal e no Brasil*. Maia: Edições ISMAI e CEDTUR – Centro de Estudos de Desenvolvimento Turístico/ISMAI, 181-186.